







# Atos Oficiais da Prefeitura de Itatiba

operar em seguros pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, na forma da legislação em vigor; e

c) estejam cadastrados junto aos órgãos estaduais competentes e junto ao Cadastro Municipal de Produtores Rurais.

§ 2º. O rateio entre todos os beneficiários do valor a que se refere o caput deste artigo não poderá de forma alguma ultrapassar as percentagens estabelecidas nos incisos I e II.

§ 3º. O seguro rural deverá ser provado através da apresentação de cópia simples da apólice.

Art. 2º. Para fins de rateio do valor de até R\$ 144.001,09 (cento e quarenta e quatro mil e um reais e nove centavos) o Poder Público requisitará à Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo a relação de todos os produtores rurais estabelecidos no território itatibense, os quais deverão formular através de requerimento próprio, devidamente instruído, o pedido de subvenção e entregá-lo na Casa da Agricultura existente no Município, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta lei, sob pena de decair definitivamente desse direito.

Parágrafo único. O Poder Público efetuará o rateio do valor com base nas informações prestadas pela Seção de Apoio à Agricultura da Prefeitura e da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo e o número de requerimentos que preencham os requisitos do § 1º, do artigo 1º, desta lei.

Art. 3º. Os beneficiários da subvenção de que trata esta lei deverão cumprir as exigências decorrentes da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, da Lei Orgânica do Município, da Lei Complementar nº 101/2000 e das Instruções nº 02/2016 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no que couber.

Art. 4º. As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, consignada no orçamento vigente sob as seguintes rubricas: 02.00.00 – Prefeitura Municipal; 02.11.00 – Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura; 02.11.01 – Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura; 3.3.90.45.00 –

(Lei 5.307 – fls. 03)

Subvenções Econômicas; 20.601.0006.2.086 – Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal "Prefeito Ettore Consoline", em 22 de outubro de 2020

**DOUGLAS AUGUSTO PINHEIRO DE OLIVEIRA**  
Prefeito do Município de Itatiba

Redigida e lavrada na Secretaria dos Negócios Jurídicos. Publicada no Paço Municipal, mediante afixação no local de costume, na data supra.

**VILSON RICARDO POLLI**  
Secretário dos Negócios Jurídicos

## DECRETOS

DECRETO Nº 7.441 DE 22 DE OUTUBRO DE 2020

"Dispõe sobre o recebimento parcial das obras de infraestrutura do loteamento, restritas

a parte interna do loteamento residencial, denominado 'Residencial Ventura', localizado neste Município, na forma e condições que especifica."

**DOUGLAS AUGUSTO PINHEIRO DE OLIVEIRA**, Prefeito do Município de Itatiba, Estado de São Paulo, no uso das atribuições de seu cargo, com fundamento no artigo 25, da Lei Municipal nº 4.442/12,

**Considerando** o Decreto Municipal nº 5.501, de 29 de janeiro de 2008 e o Decreto 5.506 de 14 de fevereiro de 2008, que aprovou o projeto de parcelamento de solo, na modalidade de loteamento, denominado '**RESIDENCIAL VENTURA**', localizada neste Município,

**Considerando** que as obrigações assumidas no tocante à execução das obras de infraestrutura relativas a parte interna foram executadas pela empreendedora;

**Considerando** a expedição do TVO parcial (relativo a parte interna do loteamento) conforme vistoria realizada pelas áreas técnicas da Prefeitura de Itatiba e as devidas ressalvas em relação ao asfalto executado;

**Considerando** as declarações de vontades juntadas ao Processo Judicial nº 1004468-35.2014.8.26.0281;

**Considerando**, que o recebimento parcial das obras de infraestrutura da parte interna, estar-se-á resguardando os direitos dos adquirentes de lotes de edificação e efetivamente usufruírem do seu direito de propriedade;

(Decreto nº 7.441/2020 – fls. 02)

### DECRETA:

Art. 1º. Passam a integrar o patrimônio municipal as obras de infraestrutura da parte interna do loteamento denominado "Residencial Ventura", considerando-se parcialmente cumpridas as obrigações constantes do Anexo Único do Decreto nº 5.501, de 29 de janeiro de 2008, e dos demais expedientes constantes do processo administrativo 2001/4198, referente a aprovação do projeto do referido loteamento.

Art. 2º. O presente parcelamento de solo foi aprovado na forma de loteamento fechado, cujo ato normativo de permissão de uso de bens públicos decorrentes do fechamento será editado após o atendimento integral de todas as disposições contidas na legislação municipal pertinente.

§ 1º. Independente do ato normativo de fechamento, fica a Associação dos Proprietários dos Lotes responsável pela manutenção das áreas internas do loteamento, à sua expensa, respondendo por eventuais danos que neles ou terceira pessoa venham a ocorrer face à sua utilização, e cumprir as seguintes obrigações, nos termos do art. 50 da lei 4.442/12:

I – os serviços de manutenção;

a) das árvores, inclusive poda, quando necessário;

b) das vias públicas de circulação de pedestres e veículos, incluindo-se a limpeza das mesmas;

c) do sistema de escoamento de águas pluviais e da rede interna de água e esgoto, quando não for necessário pela concessionária;

II – a coleta e remoção de lixo domiciliar,

que deverá ser depositado em local em que ocorrer a coleta pública;

III – a execução dos serviços de portaria e sistemas de segurança;

IV – outros serviços necessários para a manutenção dos bens públicos;

V – garantia da ação livre e desimpedida das autoridades e entidades públicas que trabalham pelo bem-estar da população;

VI – implantação do sistema de segurança integrado com o projeto de segurança da cidade denominado "olho vivo";

(Decreto nº 7.441/2020 – fls. 03)

VII – manutenção e conservação de iluminação pública, casos essas obrigações sejam transferidas ao Poder Público Municipal pela concessionária de energia elétrica.

§ 2º. Em nenhuma hipótese poderá haver constrangimento ou impedimento a qualquer cidadão que deseje entrar no loteamento.

Art. 3º. Fica o empreendedor responsável por cumprir as seguintes obrigações:

I – executar a infraestrutura em todas as ruas externas ao fechamento, incluindo o entorno da área institucional;

II – executar as obras de contrapartida (quadra coberta, quadra de tênis, campo de futebol, centro comunitário, quiosques, caminhos no bosque, playground e estacionamento, conforme projetos e memoriais descritivos constantes no processo administrativo 4198/01);

III – executar o projeto de arborização, conforme diretrizes e orientações da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura;

IV – realizar a poda das canaletas;

V – executar reparos das bocas de lobo e desentupimento das tubulações;

VI – cumprir as providências faltantes para a efetivação do fechamento do loteamento;

VII – apresentar as ARTs das empresas responsáveis pela execução da infraestrutura da 2ª parte complementar;

VIII – recolher o ISSQN;

IX - e todas as eventuais obrigações faltantes assumidas quando da aprovação do loteamento, bem como aquelas constantes dos processos judiciais 1004468-35.2014.8.26.0281 e 1003659-45.2014.8.26.0281, naquilo que comprometido junto ao Poder Público Municipal.

Art. 4º. Para o recebimento definitivo do loteamento, as obrigações trazidas no artigo 3º do presente Decreto, deverão ser executadas na íntegra pelo loteador.

(Decreto nº 7.441/2020 – fls. 04)

Art. 5º. A omissão ou descumprimento, da associação ou do empreendedor, das obrigações relacionadas nos arts. 2º e 3º, as quais são de conhecimento e aquiescência junto ao processo judicial 1004468-35.2014.8.26.0281, bem como o desvirtuamento da utilização das áreas

públicas, ensejarão a revogação do presente recebimento interno do loteamento, e as benfeitorias eventualmente realizadas nas áreas públicas passarão a integrar o patrimônio municipal, sem qualquer indenização.

Art. 6º. A garantia ofertada no termo de compromisso que acompanha os Decretos 5.501/2008 e 5506/2008 subsiste até o cumprimento de todas as obrigações assumidas junto ao Poder Público.

Art. 7º. As despesas decorrentes deste decreto correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

Art. 8º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal "Prefeito Ettore Consoline", em 22 de outubro de 2020

**DOUGLAS AUGUSTO PINHEIRO DE OLIVEIRA**  
Prefeito do Município de Itatiba

Redigido e lavrado na Secretaria dos Negócios Jurídicos. Publicado no Paço Municipal, mediante afixação no local de costume, na data supra.

**VILSON RICARDO POLLI**  
Secretário dos Negócios Jurídicos



## Atos Oficiais da Câmara Municipal

PORTARIA Nº 032/2020

"Exonera Servidor, ex officio".

O Sr. **AILTON ANTONIO FUMACHI**, Presidente da Câmara Municipal de Itatiba, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 17, de 11 de dezembro de 2014, e alterações posteriores, resolve:

Exonerar, ex officio:

A Sra. **TANIA PAIXAO VIEIRA**, portadora da Cédula de Identidade **RG. 49.716.325-1** e do **CPF. 416.387.798-30**, do cargo de Chefe de Gabinete Parlamentar da Câmara Municipal de Itatiba, referência salarial 13, de provimento em comissão, sob o Regime de Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a partir desta data.

CUMPRA-SE.

ITATIBA, 26 de outubro de 2020.

**AILTON ANTONIO FUMACHI**  
Presidente da Câmara

**DADO e PASSADO** na Secretaria da Câmara Municipal de Itatiba em 26/10/2020. Eu, \_\_\_\_\_, Leda Celio Ribeiro, Diretora Geral da Câmara Municipal de Itatiba, registrei esta Portaria e afixei-a no local de costume.

## ATENDIMENTO PREFEITURA

FAÇA SEU CONTATO POR LIGAÇÃO OU VIA WHATSAPP

### SECRETARIAS:

- Ação Social, Trabalho e Renda.....(11) 3183-0765
- Administração.....(11) 3183-0714
- Assuntos Institucionais.....(11) 3183-0690
- Cultura e Turismo.....(11) 3183-0000
- Educação.....(11) 3183-0776
- Esportes.....(11) 4524-0300
- Meio Ambiente e Agricultura.....(11) 3183-0729
- Finanças.....(11) 3183-0658
- Negócios Jurídicos.....(11) 3183-0686
- Obras e Serviços Públicos.....(11) 3183-0760
- Desenvolvimento Econômico e Habitação.....(11) 3183-0668
- Governo.....(11) 3183-0661

### IMPORTANTE:

- Coronavirus.....(11) 94716-1728
- Gabinete Prefeito.(11) 3183-0632

### SERVIÇOS:

- Junta Militar.....(11) 3183-0711

**ATENÇÃO:** As Secretarias de Saúde e de Segurança e Defesa do Cidadão mantém o atendimento presencial e por telefone normalmente.